

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

**Latour como ferramenta teórico-metodológica de análise para a
História das Ciências da Saúde**

Ana Carolina Vimieiro Gomes*
Bráulio Silva Chaves
Huener Silva Gonçalves.¹

Resumo: Este trabalho busca analisar, a partir da proposta teórica de Bruno Latour para os “Estudos Científicos”, três tramas históricas distintas no espaço e no tempo, vinculadas à História das Ciências da Saúde no Brasil: a inserção da Fisiologia Experimental (1880-1889), o surgimento do Instituto Ezequiel Dias (1907-1941) e a mobilização médica contra o tabagismo (1965–1986). Apesar das diferenças nas presentes temáticas, na prática, observa-se uma comunhão entre os objetos a partir do arcabouço Latouriano, que tem sido determinante para pensar elementos que compõem essas tramas históricas, tais como: autonomização do campo, mobilização do mundo, alianças, representação pública e, perpassando estes elementos, os vínculos e nós. Assim, compreendemos as interações das práticas científicas e as “translações” promovidas por diversos atores na história.

Palavras-Chave: Bruno Latour, Instituto Ezequiel Dias, Fisiologia Experimental, antitabagismo.

Abstract: This work aim to investigate, from Bruno Latour’s theoretical proposal for “Scientific Studies”, three historical objects distinct from time and space, related to the History of Health Science in Brazil: the experimental physiology insertion (1880-1889); the emergence of Ezequiel Dias Institute (1907-1941) and the medical mobilization against smoking (1965–1986). In spite of differences in the present themes, in practice, we observe their interaction through the Latourian approach, which have been determinant to think the main elements that make part on each history, such as: autonomization, world mobilization, alliances, public representation and, joining each element, the bonds and knots. Thus, we could understand scientific practices and “translations” promoted by various actors in history.

Key-words: Bruno Latour, Ezequiel Dias Institute, Experimental Physiology, anti-smoking.

Introdução

O presente trabalho surge a partir da opção teórica de pensar três objetos de pesquisa, relacionados com a História das Ciências da Saúde no Brasil, completamente distintos no tempo e no espaço - a inserção da fisiologia experimental na agenda científica brasileira no final do século XIX (1880-1889); o surgimento e consolidação do Instituto

¹ Alunos do Programa de Pós-graduação em História, Departamento de História, FAFICH, UFMG. (*) Apoio: FAPEMIG

Ezequiel Dias em Minas Gerais (1907-1941); a mobilização médica no Brasil contra o tabagismo (1965–1986) - a partir de uma perspectiva de estudo da ciência, baseada no modelo teórico-metodológico de Bruno Latour (1994,1997, 2000; 2001).

A partir dessa visão da ciência, torna-se interessante pensar cada um desses objetos em relação à suas estreitas ligações com o contexto político econômico e social, nos respectivos tempos e espaços privilegiados, para apreender as cadeias de translação que fazem ciência e sociedade dependentes entre si. Translações que são criadas ao longo do processo de desenvolvimento da ciência; o que torna nossas análises mais complexas e ultrapassa uma dicotomia entre uma abordagem ora internalista, ora externalista.

Para compreender as translações nas tramas históricas, utilizamos uma análise do “fluxo” dos elementos que fundamentam essa rede da ciência: a mobilização do mundo (métodos e instrumentos para tornar a “natureza” inteligível); a autonomização (comunidade científica); as alianças; a representação pública (divulgação pública dos conhecimentos) e; os vínculos e nós (conteúdo científico); fatores que são interdependentes, articulados entre si; que permeiam as redes da ciência (Latour, 2001).

Apesar da distinção entre as três tramas históricas, dadas as diferentes temporalidades, espaços e da diversidade das lógicas inerentes aos respectivos campos médicos; na prática, estas se inter-relacionam diante desta abordagem teórico-metodológica. Este trabalho visa problematizar o encontro teórico entre as diferentes tramas históricas, a partir do uso da abordagem latouriana.

A Fisiologia Experimental no Brasil em fins do século XIX

Nossa primeira trama histórica refere-se à inserção da fisiologia experimental no Brasil em fins do século XIX, a partir da criação oficial do Laboratório de Physiologia Experimental do Museu Nacional do Rio de Janeiro, em 1880. A fisiologia naquele século tem sido marcada pela sua desvinculação definitiva da anatomia, caracterizando-se prioritariamente como disciplina experimental, que objetiva a análise dos fenômenos dos copos *in vivo*. Seu modelo epistemológico também se delineou naquele momento: deveria se basear nos métodos de produção de conhecimento semelhantes às ciências físico-químicas, buscando o esclarecimento das leis que regem os fenômenos da vida. Consolidou-se como disciplina de laboratório, a partir de métodos e procedimentos experimentais rigorosos e controlados, que envolviam a vivisseção em animais e o uso de aparato experimental

sofisticado, específicos para registro das funções corporais, seu principal símbolo de cientificidade.

É relevante destacar também a ciência brasileira em fins do século XIX. É um momento de transformações no país, quando a ciência era vista como um meio de se alcançar progresso e civilização. Nas ciências da saúde passou a ter relevância para o entendimento, a prevenção e a cura das doenças o modelo de ciência positiva, baseada no método experimental e no laboratório, de maneira semelhante à européia. Foi dentro de todo este contexto que o Laboratório do Museu Nacional e a fisiologia em si se fizeram importantes para a ciência brasileira; pois podemos dizer que o conteúdo específico, isto é, as concepções epistemológicas e as práticas científicas da fisiologia experimental eram exemplares para esse ideal de ciência que se forjava no país.

O Laboratório do Museu Nacional foi idealizado pelo médico brasileiro João Baptista Lacerda e o cientista francês Louis Couty no final da década de 1870. As pesquisas em fisiologia, do Museu Nacional, foram iniciadas por João Baptista Lacerda a partir de 1876, sobre efeitos de substâncias tóxicas tais como curare, veneno de cobras e de sapo. Logo de sua chegada ao Brasil, Couty juntou-se a Lacerda no Museu Nacional para auxiliar nas pesquisas em fisiologia experimental que já vinham sendo realizadas por lá.

Contudo, para o aprimoramento e obtenção de maior credibilidade das pesquisas nas comunidades científicas nacionais e internacionais, tornaram-se necessários mais recursos materiais e financeiros. Era preciso a institucionalização de um laboratório e, como consequência, para atingir esse objetivo, alistar aliados que garantiriam a disponibilização de tais recursos. Lacerda e Couty, após visita do Imperador e do Ministro da Agricultura para assistir algumas experiências sobre veneno curare em cães (LACERDA, 1905), conseguiram convencer as autoridades imperiais sobre a necessidade e utilidade da criação de um laboratório de fisiologia no e para o Império, segundo os modelos organizacionais, epistemológicos e instrumentais dos melhores laboratórios europeus. Assim, o governo imperial tornou-se seu aliado. Tal empreendimento foi concebido oficialmente em 1880, a partir do consentimento do ministro da Agricultura Conselheiro Sinimbú, que liberou uma verba de 13.260 francos para que fossem adquiridos todos os materiais necessários para a implantação do pretendido Laboratório.

Em face de alguns argumentos utilizados pelos cientistas para convencer as autoridades sobre a importância do Laboratório, conseguimos observar as translações produzidas pela inserção da fisiologia naquele tempo; isto é, a maneira com que os interesses esotéricos e de seu principal aliado, o Ministério da Agricultura, foram ao mesmo tempo

sendo contemplados. O primeiro diz respeito aos temas de pesquisas privilegiados. Cabia aos cientistas se dedicar ao estudo experimental de temas tipicamente nacionais: efeitos fisiológicos de venenos dos animais, plantas tóxicas e alimentícias, café, mate e álcool da cana, fisiologia do cérebro e do clima. O Laboratório também previa estudos relacionados à higiene, patologia e climatologia nacional. O argumento era que o Brasil proporcionava uma diversidade de questões científicas em função das suas condições naturais e climáticas peculiares, não existentes na Europa, e que por si garantiam a originalidade e visibilidade dos estudos. Eis um movimento de translação: para além da relevância esotérica, os temas nacionais deveriam ter utilidade para a economia, comércio, agricultura e higiene do país naquele momento.

Outro interesse subjacente à justificativa de implantação do Laboratório de *Physiologia Experimental*, nas palavras de Couty, de “fins mais elevados”, era a possibilidade dos estudos da fisiologia experimental acarretarem na notoriedade para o Brasil na Europa, no quadro das nações civilizadas. A fisiologia, com seu aparato instrumental e métodos de registro das funções corporais sofisticados, signos de cientificidade, seria um instrumento para tal fim. Temos mais um movimento de translação para legitimar a importância da fisiologia experimental para Brasil. Para a fisiologia experimental construir a sua relevância, questões científicas, próprias da fisiologia experimental, foram deslocadas, transladadas, em direção a questões macro-sociais brasileiras; a partir de uma retórica utilitarista e de aplicação direta dos conhecimentos.

A História do Instituto Ezequiel Dias (1907-1936) e o arcabouço teórico latourniano

A história das instituições médico-científicas foi abordada de diversas formas na historiografia das ciências brasileiras. Atualmente é visível que as instituições estão longe de serem entendidas apenas como espaços de atividades rotinizadas. Para além, os espaços institucionais são vistos como um *locus* privilegiado do processo de construção dos fatos científicos.

O Instituto Ezequiel Dias é fundado em três de agosto de 1907 em Belo Horizonte. Vem como a primeira filial de Manguinhos. Sua vinda é resultado da conjugação de vários interesses: de Oswaldo Cruz, que desejava criar filiais em todo o Brasil; do Estado de Minas Gerais, a quem um Instituto científico e de pesquisas seria fundamental para a saúde e para que assim fossem estudadas as epidemias, endemias, epizootias (doenças em animais), epifitias (doenças em plantas); ao próprio Ezequiel Dias, que se encontrava em Minas na

busca daquilo que se acreditava serem os “bons ares das montanhas” para o tratamento da tuberculose.

A análise das fontes como cartas, ofícios, relatórios de despesas, balanços, aliados à produção científica com seus artigos, além da literatura memorialista (MAGALHÃES, 1957) sobre o Instituto, propiciaram um encontro com um lugar dinâmico, de homens interessados em mobilizar a ciência e legitimar sua própria atividade científica que passava por transformações com o advento da microbiologia.

Uma demarcação importante para essas mobilizações foi, sem dúvida, a criação do serviço antipeçonhento, em 1918. Os peçonhentos eram inimigos de amplos setores: da população, do Estado e da própria cidade que se proclamava salubre e que não poderia ter essa imagem maculada.

Ezequiel e outros foram eficientes em fazer a leitura cultural da dimensão do problema. Sendo assim, se dedicar a ele seria importante como captação de credibilidade para o Instituto, mas, também, para muitos outros propósitos. Cobras e escorpiões cumpririam um papel decisivo na acumulação de capital científico para a filial, e os cientistas fariam esses peçonhentos falarem a amplos setores.

E de que forma os cientistas colocaram esses objetos (cobras e escorpiões) para falar?

O Posto Antiofídico inaugura uma verdadeira cruzada contra os peçonhentos que teve como uma de suas frentes inúmeras viagens pelos rincões de Minas Gerais. Buscava-se, além de conhecer novas espécies de cobras e escorpiões, vacinar contra doenças, divulgar medidas de higiene e profilaxia e, de certa forma, legitimar a microbiologia. Dessa forma, seria formada uma rede de alianças que de tão forte transformaria o próprio Instituto. A lista desses aliados foi se tornando cada vez maior, na mesma velocidade em que cresciam o posto e sua campanha contra os peçonhentos. Todos eles eram arrolados a todo instante e de formas diferentes nesse fluxo em que se processava a atividade científica.

Tais alianças apenas se efetivariam a partir do instante em que o serviço fosse capaz de atingir critérios de eficiência que seria convertida em credibilidade ao Instituto. Assim, a campanha contra os peçonhentos deveria se tornar visível, se fazer importante: com a distribuição de manuais para a captura de cobras e conhecimento do problema, participação em congressos, artigos em jornais para demonstrar a importância da questão dos peçonhentos, numa interface com amplos setores. Não por acaso, a criação do Posto Antiofídico se deu por recomendação da Sociedade Mineira de Agricultura, órgão representativo das “classes conservadoras” de Minas, de relações estreitas com o governo do Estado.

O interessante é que o serviço antipeçonhento, ao promover essas bandeiras científicas pelo interior de Minas, se colocou em diálogo com um projeto que pretendia tornar efetiva uma nova nação brasileira, incorporando sertão e litoral, campo e cidade, tendo na ciência um elo de efetividade discursiva e prática. Assim, podemos dizer que o Instituto foi capaz de unir o micro, nas atividades científicas cotidianas de um laboratório, na produção dos artigos, na rotina, ao macro, em uma ligação a um projeto muito maior de construir uma nova nação, porém “reformada”, saneada, higienizada.

Latour foi fundamental para a percepção desse amplo leque de interesses que envolvem a atividade científica e que foi notado a partir desse olhar que parte dos discursos científicos e sua insistência em tornar secretos, interesses e mobilizações, que a história e a cultura persistiram em nos fazer enxergar.

A mobilização médica contra o tabagismo no Brasil como processo de translação de interesses (1965–1986)

Para se falar da mobilização contra o tabagismo é interessante dizer que tal processo ocorreu em um período no qual o Brasil viveu sobre a ditadura militar, onde o ideal de modernização do país estava acima de tudo. A arrecadação de impostos e a entrada de capital externo das multinacionais eram importantes instrumentos para tal objetivo. Dentre essas indústrias a aumentarem seus investimentos estão as do tabaco, pois muitas vinham de países onde a legislação antitabagista tinha restringido o mercado para elas. Entre esses países, encontrava-se os EUA, que se tornou referência mundial a partir de 1964, quando da divulgação do “Relatório Terry”. Esse fato seria base no Brasil do projeto de lei no. 2602 em 1965, do Deputado Federal Ivan Luz (PRP/PR), que em seu 1º. artigo pedia que “*a embalagem de produtos com fumo, destinado a fumantes, contivesse as seguintes expressões: o uso deste produto pode causar câncer*”².

O fato de o cigarro ser uma das causas que levava ao câncer do pulmão era dado como certo desde 1965 por alguns médicos brasileiros. Porém, fazia-se necessário o investimento em pesquisas em relação ao câncer no Brasil para dar mais legitimidade ao discurso médico sobre a situação brasileira. É bom observamos que naquele momento o governo se via às voltas com um grande número de casos de doenças infecciosas e parasitárias nesse período, que ainda ocupavam a dianteira do quadro nosológico.

² Médicos e parlamentares resolvem combater o fumo. Revista o Médico Moderno, Rio de Janeiro, julho de 1965, p. 22-33.

Fica claro então que a maior autonomia do movimento passaria pela discussão das questões relativas ao tabagismo e seus males em congressos, seminários, associações médicas e etc. Devemos destacar como principal meio para esse fim a atuação das revistas de medicina no período, principalmente o “*Jornal Brasileiro de Medicina*” que favoreceu a integração do campo médico ao debate e a recepção dessas informações científicas em relação ao tabagismo.

Em fins da década de 1970, assiste-se uma maior coesão do movimento, ao se realizar em 1979 importantes reuniões sobre o assunto, onde foram produzidos importantes documentos: a “Carta de Salvador” em março, e em julho, a elaboração do primeiro “Programa Nacional Contra o Fumo”, que foi assumido pela Associação Médica Brasileira (AMB) em agosto daquele ano. Tais reuniões contaram com a participação dos principais líderes da mobilização antitabagista no Brasil: os médicos José Rosemberg, Mário Rigatto, Jayme dos Santos Neves, Antônio Pedro Mirra, Edmundo Blundi entre outros. Em síntese, esses documentos tornaram ainda mais consistente a mobilização uma vez que essa passa por um período de institucionalização, angariando mais aliados para o seu objetivo, que passava a ser a formação pelo Estado de um Programa Nacional de Combate ao Fumo. Convergiria para esse objetivo o Dia Mundial da Saúde de 1980 promovido pela Organização Mundial de Saúde com o tema “*Tabaco ou Saúde: a escolha é sua*”. O governo brasileiro, um dos signatários da OMS, se comprometeria a formar um programa nacional de controle do tabagismo.

Frente a esse quadro, a AMB, juntamente com as associações médicas regionais, passam a promover campanhas de opinião pública sobre a questão. A mobilização e as notícias em relação ao tabagismo e seus males ganham as páginas de revistas de circulação nacional. A questão passa a ocupar vários espaços de debates da sociedade. Novos aliados se aliam ao movimento. Discussões de projetos de leis sobre o tema passam a receber maior atenção, uma vez que médicos parlamentares, como o Senador Lourival Baptista e o Deputado Federal Daso Coimbra, passam militar mais incisivamente pela causa. Aumenta-se também o número de pesquisas na área de saúde que apontam para uma transição no quadro nosológico brasileiro, onde as doenças crônico-degenerativas, muitas delas associadas ao uso do tabaco, passam a ganhar mais atenção do governo e da opinião pública³.

A resposta efetiva do Estado viria em 1985 com a formação do “*Grupo Assessor para o Controle do Tabagismo no Brasil*” e com a aprovação da lei federal ordinária no.

³ POSSAS, Cristina. *Epidemiologia e Sociedade: Heterogeneidade Estrutural e Saúde no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 1989, p. 49.

7.488 de 11 de junho de 1986, que instituía o dia 29 de agosto de cada ano para a celebração do “*Dia Nacional de Combate ao Fumo*”. Formava-se assim o *Programa Nacional de Combate ao Fumo*. Por conseguinte, o objetivo da mobilização se tornou objetivo do Estado, no que Latour denomina de *translação* de interesses/objetivos.

Considerações finais

O encontro teórico proporcionado pela metodologia de Bruno Latour em três tramas históricas distintas no espaço e no tempo, nos leva a perceber a plasticidade do uso de seus conceitos, principalmente o de translação, dentro do campo da História das Ciências da Saúde no Brasil. Dentro de uma análise da ciência no tempo, essa metodologia favorece pensarmos de maneira mais densa a interação entre ciência e sociedade, sem os considerar como esferas separadas de ação, mas como atributos interdependentes num mesmo processo histórico contingencial. Fica latente nas três tramas que as autoridades governamentais foram um grande aliado dos grupos de cientistas para tornar suas propostas uma demanda da sociedade. Para tanto, observamos que esses grupos procuraram alistar aliados, autonomizar-se como campo de conhecimento e ganhar representatividade pública para se imporem como autoridade dos projetos científicos que defendiam.

Referências Bibliográficas

- LACERDA, João Baptista. Fastos do Museu Nacional do Rio de Janeiro. Recordações históricas e científicas fundadas em documentos autênticos e informações verídicas. RJ: Imprensa Nacional, p. 108-134, 1905.
- LATOUR, Bruno. A esperança de Pandora: ensaios sobre a realidade dos estudos científicos. Baurú (SP): Edusc, 371 p., 2001.
- LATOUR, Bruno. Ciência em ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora. SP: UNESP, 2000. 438 p.
- LATOUR, Bruno; WOOLGAR, Steve. A vida de laboratório: a produção dos fatos científicos. RJ: Relume Dumara, p. 220, 1997.
- LATOUR, Bruno. Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica. RJ: Ed. 34, 149 p., 1994.
- MAGALHÃES, Octavio. Ensaio. Belo Horizonte: Oficinas da Faculdade de Direito de Minas Gerais, 1957.
- POSSAS, Cristina. *Epidemiologia e Sociedade: Heterogeneidade Estrutural e Saúde no Brasil*. S.P.: Hucitec, 1989, p. 49